

## **Aula 10**

*TJ-PR (Técnico Judiciário) Passo  
Estratégico de Noções de Direito Penal -  
2025 (Pós-Edital)*

Autor:  
**Eduardo Alberi**

07 de Agosto de 2025

## Índice

1) Roteiro de Revisão - Crimes em Licitações e Contratos .....	3
2) Aposta Estratégica - Crimes em Licitações e Contratos .....	10
3) Questões Estratégicas - Crimes Licitações e Contratos - Instituto AOCF .....	12
4) Questões Estratégicas - Crimes Licitações e Contratos - Multibancas .....	15
5) Questionário de Revisão - Crimes em Licitações e Contratos .....	29
6) Lista de Questões Estratégicas - Crimes Licitações e Contratos - Instituto AOCF .....	39
7) Lista de Questões Estratégicas - Crimes Licitações e Contratos - Multibancas .....	41
8) Referências Bibliográficas .....	47



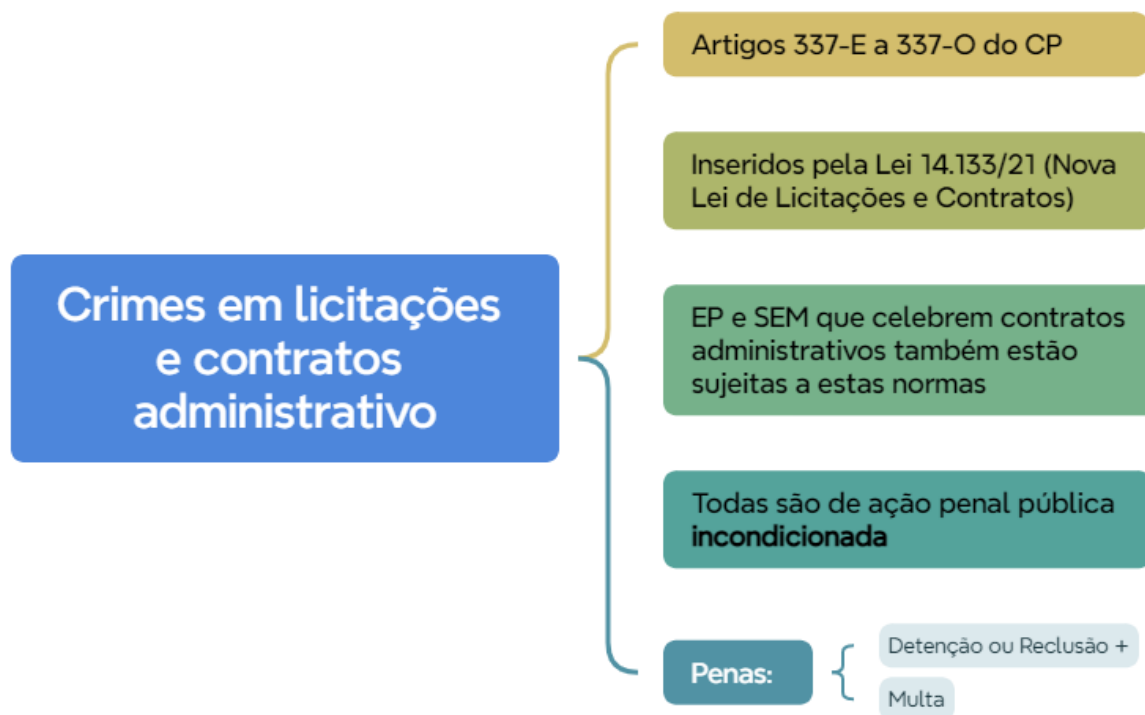
## ROTEIRO DE REVISÃO E PONTOS DO ASSUNTO QUE MERECEM DESTAQUE

A ideia desta seção é apresentar um roteiro para que você realize uma revisão completa do assunto e, ao mesmo tempo, destacar aspectos do conteúdo que merecem atenção.

Os **crimes em licitações e contratos administrativos** (arts. 337-E a 337-O) foram inseridos no Código Penal pela **Lei 14.133/21**, que revogou os crimes dispostos na antiga lei de licitações e contratos (Lei 8666/93).

Atente-se que as **empresas públicas** e **sociedades de economia mista** que celebrem contratos administrativos também estão sujeitas às normas penais previstas nos arts. 337-E a 337-O do Código Penal.

São todos de ação penal pública incondicionada e todos preveem pena privativa de liberdade (detenção ou reclusão) E multa.



Importante notar que as penas de multa aplicadas aos crimes em licitações e contratos administrativos obedece a limites diferentes dos demais, conforme art. 337-P:

*Art. 337-P. A **pena de multa** cominada aos crimes previstos neste Capítulo seguirá a metodologia de cálculo prevista neste Código e **não** poderá ser **inferior a 2% (dois por cento)** do **valor do contrato** licitado ou celebrado com contratação direta.*

Dita essa pequena introdução, vamos explorar cada um dos crimes.



## 1 – Contratação direta ilegal (art. 337-E)

Este crime ocorre quando o agente público realiza a contratação de serviços ou aquisição de bens sem observância do devido processo licitatório, salvo nos casos legalmente previstos de inexigibilidade ou dispensa de licitação.

**Natureza do crime:** É crime próprio, podendo ser cometido apenas por funcionário público.

**Entendimento do STJ:** O crime é material, ou seja, exige-se a comprovação do resultado danoso decorrente da contratação direta ilegal.

*Art. 337-E. Admitir, possibilitar ou dar causa à **contratação direta** fora das hipóteses previstas em lei:*

*Pena - reclusão, de 4 (quatro) a 8 (oito) anos, e multa.*

## 2 – Frustração do caráter competitivo de licitação (art. 337-F)

Ocorre quando o agente frustra ou impede o caráter competitivo de um procedimento licitatório para obter vantagem própria ou de terceiros.

**Natureza do crime:** Crime comum, podendo ser praticado por qualquer pessoa.

**Crime formal:** Não é necessária a demonstração de resultado danoso, bastando a prática do ato ilícito para a sua consumação.



↳ **Súmula 645 - STJ:** O crime de **fraude à licitação** é **formal**, e sua consumação prescinde da comprovação do prejuízo ou da obtenção de vantagem.

*Art. 337-F. **Frustrar** ou **fraudar**, com o intuito de obter para si ou para outrem vantagem decorrente da adjudicação do objeto da licitação, o **caráter competitivo** do processo licitatório:*

*Pena - reclusão, de 4 (quatro) anos a 8 (oito) anos, e multa.*



### 3 – Patrocínio de contratação indevida (art. 337-G)

Esse crime ocorre quando um funcionário público promove, direta ou indiretamente, o interesse privado em uma contratação pública fora das hipóteses legais.

**Relação com o crime de Advocacia Administrativa (art. 321 do CP):** Embora semelhante, o art. 337-G se aplica exclusivamente a contratações indevidas em licitações ou contratos administrativos.

**Natureza do crime:** Crime próprio, limitado a funcionários públicos.

*Art. 337-G. Patrocinar, direta ou indiretamente, **interesse privado** perante a Administração Pública, dando causa à **instauração de licitação ou à celebração de contrato** cuja **invalidação** vier a ser decretada pelo Poder Judiciário:*

*Pena - reclusão, de 6 (seis) meses a 3 (três) anos, e multa.*

### 4. Modificação ou pagamento irregular em contrato administrativo (art. 337-H)

Ocorre quando o agente público modifica contratos administrativos ou efetua pagamentos fora das condições previstas na legislação e no contrato, causando prejuízo à administração pública.

**Natureza do crime:** Crime próprio, praticado exclusivamente por funcionários públicos.

*Art. 337-H. Admitir, possibilitar ou dar causa a qualquer **modificação ou vantagem**, inclusive prorrogação contratual, **em favor do contratado**, durante a execução dos contratos celebrados com a Administração Pública, sem autorização em lei, no edital da licitação ou nos respectivos instrumentos contratuais, ou, ainda, **pagar fatura com preterição da ordem cronológica** de sua exigibilidade:*

*Pena - reclusão, de 4 (quatro) anos a 8 (oito) anos, e multa.*

### 5. Perturbação de processo licitatório (art. 337-I)

Configura-se quando o agente perturba ou tenta impedir o normal andamento de um processo licitatório.

**Natureza do crime:** Crime comum, podendo ser praticado por qualquer pessoa.

**Observação:** Se a perturbação envolver fraude ou atos que interfiram no **caráter competitivo** do processo licitatório, o agente responderá pelo crime de **frustração do caráter competitivo de licitação (art. 337-F)**.



*Art. 337-I. Impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer **ato de processo licitatório**:*

*Pena - detenção, de 6 (seis) meses a 3 (três) anos, e multa.*

## 6. Violação de sigilo em licitação (art. 337-J)

Este crime ocorre quando o agente, direta ou indiretamente, permite o acesso indevido às propostas de uma licitação antes da data oficial de abertura.

**Natureza do crime:** Crime comum, podendo ser praticado por qualquer pessoa.

**Momento da consumação:** O crime só se consuma quando o conteúdo da proposta sigilosa chega ao conhecimento do agente ou de terceiros.

*Art. 337-J. **Devassar o sigilo** de proposta apresentada em processo licitatório ou proporcionar a terceiro o ensejo de devassá-lo:*

*Pena - detenção, de 2 (dois) anos a 3 (três) anos, e multa.*

## 7. Afastamento de licitante (art. 337-K)

O crime caracteriza-se por condutas que afastem, de forma irregular, participantes legítimos de um processo licitatório.

**Natureza do crime:** Crime comum, praticável por qualquer pessoa.

**Conexão com violência:** Se o afastamento for praticado com uso de violência, o agente estará sujeito à pena correspondente à violência, além da pena prevista para o crime.

**Forma equiparada (parágrafo único):** está sujeito à mesma pena se o agente se abster ou desistir de licitar em razão de vantagem oferecida.

*Art. 337-K. **Afastar ou tentar afastar** licitante por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo:*

*Pena - reclusão, de 3 (três) anos a 5 (cinco) anos, e multa, **além da pena correspondente à violência**.*

*Parágrafo único. Incorre na mesma pena quem se **abstém ou desiste de licitar em razão de vantagem oferecida**.*



## 8. Fraude em licitação ou contrato (art. 337-L)

Ocorre quando o agente pratica atos fraudulentos durante o processo licitatório ou na execução do contrato administrativo, causando prejuízo à administração pública.

**Natureza do crime:** Crime próprio, podendo ser praticado apenas por quem tem vínculo com o contrato ou licitação.

**Crime material:** A consumação exige a demonstração de prejuízo à administração pública.

*Art. 337-L. **Fraudar**, em prejuízo da Administração Pública, **licitação ou contrato** dela decorrente, mediante:*

*I - entrega de mercadoria ou prestação de serviços com qualidade ou em quantidade diversas das previstas no edital ou nos instrumentos contratuais;*

*II - fornecimento, como verdadeira ou perfeita, de mercadoria falsificada, deteriorada, inservível para consumo ou com prazo de validade vencido;*

*III - entrega de uma mercadoria por outra;*

*IV - alteração da substância, qualidade ou quantidade da mercadoria ou do serviço fornecido;*

*V - **qualquer meio fraudulento** que torne injustamente mais onerosa para a Administração Pública a proposta ou a execução do contrato:*

*Pena - reclusão, de 4 (quatro) anos a 8 (oito) anos, e multa.*

## 9. Contratação inidônea (art. 337-M)

O crime ocorre quando o agente celebra contrato com pessoa jurídica declarada inidônea ou impedida de contratar com a administração pública.

O **crime** previsto no *caput* é **próprio**, praticado exclusivamente por funcionários públicos que tenham competência para realizar contratações administrativas.

**Qualificadora (§1º):** Pena maior caso o contrato seja celebrado com empresa ou profissional declarado inidôneo.

**Forma equiparada (§2º):** os participantes de licitação e contratados, desde que inidôneos, estão sujeitos às mesmas penas do *caput*, para os primeiros (participantes), e do §1º, para os segundos (contratados). Neste caso da forma equiparada, trata-se de **crime comum**.

*Art. 337-M. Admitir à licitação empresa ou profissional declarado **inidôneo**:*

*Pena - reclusão, de 1 (um) ano a 3 (três) anos, e multa.*

*§ 1º **Celebrar contrato** com empresa ou profissional declarado inidôneo:*



*Pena - reclusão, de 3 (três) anos a 6 (seis) anos, e multa.*

*§ 2º Incide na mesma pena do caput deste artigo aquele que, **declarado inidôneo**, venha a participar de licitação e, na mesma pena do § 1º deste artigo, aquele que, **declarado inidôneo**, venha a contratar com a Administração Pública.*

## 10. Impedimento indevido (art. 337-N)

Ocorre quando o agente impede ou tenta impedir, sem justificativa legal, a participação de licitantes em um procedimento licitatório.

**Natureza do crime:** Crime próprio, praticado exclusivamente por funcionário público.

**Crime formal:** Não é necessário comprovar prejuízo para a configuração do crime; basta a prática do ato ilícito.

*Art. 337-N. Obstar, impedir ou dificultar injustamente a inscrição de qualquer interessado nos registros cadastrais ou promover indevidamente a alteração, a suspensão ou o cancelamento de registro do inscrito: (Incluído pela Lei nº 14.133, de 2021)*

*Pena - reclusão, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, e multa.*

## 11. Omissão grave de dado ou informação por projetista (art. 337-O)

Configura-se quando o agente omite, modifica ou entrega, dados ou informações essenciais durante a elaboração de projetos relacionados a contratos administrativos.

**Natureza do crime:** Crime comum, podendo ser praticado por qualquer pessoa envolvida na elaboração de projetos.

**Crime formal:** A consumação ocorre com a simples omissão, independentemente de prejuízo efetivo.

**Majorante (§2º):** A pena é aumentada (em dobro) se for praticado com o fim de obter benefício, direto ou indireto, próprio ou de outrem.

*Art. 337-O. **Omitir, modificar** ou **entregar** à Administração Pública levantamento cadastral ou condição de contorno em relevante dissonância com a realidade, em **frustração ao caráter competitivo da licitação** ou em **detrimento da seleção da proposta mais vantajosa** para a Administração Pública, em contratação para a elaboração de projeto básico, projeto executivo ou anteprojeto, em diálogo competitivo ou em procedimento de manifestação de interesse:*





*Pena - reclusão, de 6 (seis) meses a 3 (três) anos, e multa.*

*§ 1º Consideram-se condição de contorno as informações e os levantamentos suficientes e necessários para a definição da solução de projeto e dos respectivos preços pelo licitante, incluídos sondagens, topografia, estudos de demanda, condições ambientais e demais elementos ambientais impactantes, considerados requisitos mínimos ou obrigatórios em normas técnicas que orientam a elaboração de projetos.*

*§ 2º Se o crime é praticado **com o fim de obter benefício, direto ou indireto**, próprio ou de outrem, aplica-se em **dobro a pena** prevista no caput deste artigo.*



## APOSTA ESTRATÉGICA

A ideia desta seção é apresentar os pontos do conteúdo que mais possuem chances de serem cobrados em prova, considerando o histórico de questões da banca em provas de nível semelhante à nossa, bem como as inovações no conteúdo, na legislação e nos entendimentos doutrinários e jurisprudenciais<sup>1</sup>.



Muitas vezes há confusão a respeito dos crimes em licitações e contratos administrativos, uma vez que algumas condutas podem se confundir (e as bancas exploram exatamente este ponto).

Diante disso, montamos uma tabela para facilitar o entendimento e absorção do conteúdo:

Artigo	Crime	Conduta Proibida	Sujeito Ativo	Observações
Art. 337-E	Contratação direta ilegal	Admitir, possibilitar ou dar causa à contratação direta fora das hipóteses previstas em lei	Funcionário público	Crime próprio, exige dolo.
Art. 337-F	Frustração do caráter competitivo de licitação	Frustrar ou fraudar o caráter competitivo do processo licitatório com intuito de obter vantagem ilícita	Qualquer pessoa (crime comum)	Súmula 645 do STJ: crime formal.
Art. 337-G	Patrocínio de contratação indevida	Patrocinar interesse privado perante a Administração Pública, causando licitação ou contrato que seja invalidado judicialmente	Funcionário público	Espécie de advocacia administrativa; crime próprio.
Art. 337-H	Modificação ou pagamento irregular	Admitir, possibilitar ou dar causa a alterações,	Funcionário público	Inclui pagamentos fora da ordem cronológica; crime próprio.

<sup>1</sup> Vale deixar claro que nem sempre será possível realizar uma aposta estratégica para um determinado assunto, considerando que às vezes não é viável identificar os pontos mais prováveis de serem cobrados a partir de critérios objetivos ou minimamente razoáveis.



Artigo	Crime	Conduta Proibida	Sujeito Ativo	Observações
	em contrato administrativo	prorrogações ou pagamentos irregulares sem previsão legal		
Art. 337-I	Perturbação de processo licitatório	Impedir, perturbar ou fraudar a realização de atos no processo licitatório	Qualquer pessoa (crime comum)	Conduta ampla; crime formal.
Art. 337-J	Violação de sigilo em licitação	Devassar sigilo de proposta ou possibilitar a terceiros que o façam	Qualquer pessoa (crime comum)	Consumação ocorre quando o sigilo é quebrado.
Art. 337-K	Afastamento de licitante	Afastar licitante por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem	Qualquer pessoa (crime comum)	Forma equiparada: quem aceita vantagem também comete o crime.
Art. 337-L	Fraude em licitação ou contrato	Fraudar licitação ou contrato em prejuízo da Administração Pública, por meio de condutas como entrega de mercadorias em qualidade inferior ou falsificação de bens	Qualquer pessoa (crime comum)	Crime material; descrições específicas dos meios fraudulentos no caput.
Art. 337-M	Contratação inidônea	Admitir empresa ou profissional declarado inidôneo à licitação ou celebrar contrato com eles	Funcionário público e empresa/profissional inidôneo	Penalidades diferenciadas para admissão e celebração de contrato.
Art. 337-N	Impedimento indevido	Obstar, impedir ou dificultar injustamente inscrição de interessados em registros cadastrais ou promover alteração indevida nesses registros	Funcionário público	Crime próprio; aplicação limitada a registros cadastrais.
Art. 337-O	Omissão grave de dados ou informações por projetista	Omitir ou modificar dados relevantes em levantamentos ou condições de contorno, prejudicando a Administração Pública	Qualquer pessoa (crime comum)	Majorante: se for com intenção de obter benefício, pena em dobro.



## QUESTÕES COMENTADAS



1. (2022 – Instituto AOCP – Polícia Civil do Estado de Goiás – Agente de Polícia da 3ª Classe)  
São tipos penais contra a administração pública, EXCETO:

- a) modificar ou alterar, o funcionário, sistema de informações ou programa de informática sem autorização ou solicitação de autoridade competente.
- b) falsificar, fabricando-a ou alterando-a, moeda metálica ou papel-moeda de curso legal no país ou no estrangeiro.
- c) devassar o sigilo de proposta de concorrência pública, ou proporcionar a terceiro o ensejo de devassá-lo.
- d) admitir, possibilitar ou dar causa à contratação direta fora das hipóteses previstas em lei.
- e) apropriar-se de dinheiro ou qualquer utilidade que, no exercício do cargo, recebeu por erro de outrem.

### Comentários

**Letra A – Correta:** Trata-se de crime previsto no **Art. 313-B do Código Penal** (modificação ou alteração não autorizada de sistema de informações), inserido no **Capítulo I – Dos Crimes Praticados por Funcionário Público Contra a Administração em Geral**.

**Letra B – Incorreta:** Crime de falsificação de moeda (Art. 289, CP), que não está incluído entre os crimes contra a administração pública, mas sim nos crimes contra a fé pública (Título X do Código Penal).

**Letra C – Correta:** **Art. 326, CP:** *“Deixar o funcionário de manter o sigilo sobre proposta de concorrência pública ou proporcionar a terceiro o ensejo de devassá-lo.”* Trata-se de crime contra a administração pública.

**Letra D – Correta:** Trata-se do crime previsto no **Art. 337-E, CP**, incluído pela **Lei nº 14.133/2021**, que trata da nova Lei de Licitações.



**Letra E – Correta:** Configura **peculato por erro de outrem** (Art. 313, CP), também classificado como crime contra a administração pública.

**Gabarito:** Letra B

## 2. (2024 – Instituto AOCP – TRF 2ª Região – Analista Judiciário – Engenharia Segurança do Trabalho)

O Código Penal estabelece o conceito de funcionário público para fins penais. Nessa perspectiva, é correto afirmar que:

- a) considera-se funcionário público, para os efeitos penais, o funcionário de empresa privada contratada ou conveniada para prestação de serviços cerimoniais.
- b) quando o servidor público for ocupante de cargo em comissão ou função de direção, a pena será aumentada em dois terços.
- c) equipara-se a funcionário público quem exerce função em entidade paraestatal.
- d) não pode ser equiparado a funcionário público aquele que trabalha em empresa prestadora de serviços públicos contratada para prestação de atividade típica da administração pública.
- e) no caso do servidor público que desempenhe função de direção ou assessoramento e que incidir na prática de crime de admitir à licitação empresa ou profissional declarado inidôneo (art. 337-m do código penal), a pena deverá ser aumentada em um terço.

### Comentários

**Letra A – Incorreta:** A equiparação a funcionário público não alcança qualquer contratado de empresa privada, mas sim **quem exerce função em entidade paraestatal ou presta serviço de caráter público** (Art. 327, §1º, CP). Prestadores de **serviços cerimoniais** não se enquadram automaticamente.

**Letra B – Incorreta:** O aumento de pena previsto no **Art. 327, §2º, CP** é de **1/3** (um terço), e não **dois terços**, quando o agente ocupa **cargo em comissão ou função de direção ou assessoramento**.

**Letra C – Correta:** **Art. 327, §1º, CP:** *“Equipara-se a funcionário público quem exerce cargo, emprego ou função em entidade paraestatal...”* – A alternativa reflete corretamente o texto legal.

**Letra D – Incorreta:** O mesmo §1º do art. 327 do Código Penal equipara **quem presta serviço contratualmente à administração, mesmo que em empresa privada**, desde que exerça função pública. Assim, **pode sim ser equiparado a funcionário público**, ao contrário do que diz a alternativa.



**Letra E – Incorreta:** O art. 337-M do Código Penal trata de admitir à licitação empresa ou profissional inidôneo. Contudo, **não há previsão específica de aumento de pena em 1/3** para o agente que exerce função de direção ou assessoramento. O aumento da pena em 1/3 está restrito a crimes contra a administração em geral (art. 327, §2º), não estendido automaticamente a esse tipo penal específico.

**Gabarito:** Letra C



## QUESTÕES ESTRATÉGICAS

### 1. FGV - Adv (Pref Caraguatatuba)/Pref Caraguatatuba/2024

A Lei nº 14.133/2021 revogou os tipos penais previstos na Lei de Licitações, criando o Capítulo II-B, no Código Penal, que versa sobre os crimes em licitações e contratos administrativos. Acerca dos novos tipos penais, assinale a afirmativa correta.

- a) Admitir ou dar causa à contratação direta, fora das hipóteses previstas em lei ou com inobservância das formalidades legais, constitui crime de contratação direta ilegal.
- b) O crime de afastamento de licitante se consuma pela simples tentativa de afastar licitante ou concorrente por meio de violência ou grave ameaça, em procedimento licitatório ou leilão judicial.
- c) Admitir qualquer modificação ou vantagem em favor do contratado sem autorização em lei, no edital ou nos respectivos contratos, durante a execução dos contratos com a Administração Pública, constitui crime de contratação inidônea.
- d) Aquele que dificultar, injustamente, a inscrição de qualquer interessado nos registros cadastrais pratica crime de afastamento de licitante.
- e) O pagamento de fatura com preterição da ordem cronológica de sua exigibilidade constitui crime de pagamento irregular em contrato administrativo.

### COMENTÁRIOS

- a) ERRADA: Item errado, pois a conduta de "admitir ou dar causa à contratação direta com inobservância das formalidades legais", não se insere no tipo penal de contratação direta ilegal (art. 337-E do CP).
- b) ERRADA: Item errado, pois a conduta de afastar ou tentar afastar concorrente, por meio de violência ou grave ameaça, em leilão judicial configura outro crime, mais precisamente o tipo penal do art. 358 do CP (Violência ou fraude em arrematação judicial):

Violência ou fraude em arrematação judicial

Art. 358 - Impedir, perturbar ou fraudar arrematação judicial; afastar ou procurar afastar concorrente ou licitante, por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem:



Pena - detenção, de dois meses a um ano, ou multa, além da pena correspondente à violência.

c) ERRADA: Item errado, pois tal conduta configura o crime de modificação irregular em contrato administrativo, tipificado no art. 337-H do CP.

d) ERRADA: Item errado, pois tal conduta configura o crime de impedimento indevido, tipificado no art. 337-N do CP.

e) CORRETA: Item correto, pois o pagamento de fatura com preterição da ordem cronológica de sua exigibilidade constitui crime de pagamento irregular em contrato administrativo, na forma do art. 337-H do CP:

Modificação ou pagamento irregular em contrato administrativo (Incluído pela Lei nº 14.133, de 2021)

Art. 337-H. Admitir, possibilitar ou dar causa a qualquer modificação ou vantagem, inclusive prorrogação contratual, em favor do contratado, durante a execução dos contratos celebrados com a Administração Pública, sem autorização em lei, no edital da licitação ou nos respectivos instrumentos contratuais, ou, ainda, pagar fatura com preterição da ordem cronológica de sua exigibilidade: (Incluído pela Lei nº 14.133, de 2021)

Pena - reclusão, de 4 (quatro) anos a 8 (oito) anos, e multa. (Incluído pela Lei nº 14.133, de 2021)

**Gabarito: E**

## 2. FGV - Ana (TJ SC)/TJ SC/Administrativo/2024

O estado Alfa e a sociedade empresária XYZ celebraram contrato administrativo para o fornecimento de bens, sem prévia licitação, sob o fundamento de que ela, no caso, seria inexigível. Contudo, após a realização de investigação pelas autoridades competentes, concluiu-se que não era admissível a celebração do contrato administrativo sem o prévio procedimento licitatório. Apurou-se, ainda, que João, agente público, deu causa, de forma dolosa, à contratação da sociedade empresária XYZ, sem licitação, fora das hipóteses previstas em lei.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código Penal, é correto afirmar que João responderá pelo crime de:

a) perturbação de processo licitatório;





- b) patrocínio de contratação indevida;
- c) fraude em licitação ou contrato;
- d) contratação direta ilegal;
- e) contratação inidônea.

## COMENTÁRIOS

Nesse caso, João responderá pelo crime de contratação direta ilegal, tipificado no art. 337-E do CP:

Art. 337-E. Admitir, possibilitar ou dar causa à contratação direta fora das hipóteses previstas em lei: (Incluído pela Lei nº 14.133, de 2021)

Pena - reclusão, de 4 (quatro) a 8 (oito) anos, e multa. (Incluído pela Lei nº 14.133, de 2021)

**Gabarito: D**

### 3. VUNESP - Prom Jus (MPE RJ)/MPE RJ/2024

Considerando os crimes em licitação e contratos administrativos, é correto afirmar:

- a) o crime de fraude à licitação ou contrato tem por objeto material tanto licitações e contratos para aquisição de bens e mercadorias, quanto para a contratação de serviços.
- b) o crime de patrocínio de contratação indevida é comum, não sendo próprio de funcionário público.
- c) o crime de contratação inidônea pune de forma diferenciada o agente público que contrata empresa ou profissional inidôneo e aquele que, declarado inidôneo, venha a contratar com a Administração Pública.
- d) o crime de omissão grave de dado ou de informação por projetista é omissivo puro, caracterizando-se pelo não fazer, sendo, ainda, material, exigindo, para a configuração, o prejuízo ao erário.
- e) o crime de frustração do caráter competitivo de licitação é material, exigindo, para se configurar, o prejuízo ao erário.



## COMENTÁRIOS

a) CORRETA: Item correto, pois o tipo penal do art. 337-L do CP, que tipifica o crime de fraude à licitação ou contrato, não faz distinção quanto ao objeto material do contrato fraudado. Inclusive, o art. 337-L expressamente menciona serviços ou produtos:

Art. 337-L. Fraudar, em prejuízo da Administração Pública, licitação ou contrato dela decorrente, mediante: (Incluído pela Lei nº 14.133, de 2021)

I - entrega de mercadoria ou prestação de serviços com qualidade ou em quantidade diversas das previstas no edital ou nos instrumentos contratuais; (Incluído pela Lei nº 14.133, de 2021)

II - fornecimento, como verdadeira ou perfeita, de mercadoria falsificada, deteriorada, inservível para consumo ou com prazo de validade vencido; (Incluído pela Lei nº 14.133, de 2021)

III - entrega de uma mercadoria por outra; (Incluído pela Lei nº 14.133, de 2021)

IV - alteração da substância, qualidade ou quantidade da mercadoria ou do serviço fornecido; (Incluído pela Lei nº 14.133, de 2021)

V - qualquer meio fraudulento que torne injustamente mais onerosa para a Administração Pública a proposta ou a execução do contrato: (Incluído pela Lei nº 14.133, de 2021)

Pena - reclusão, de 4 (quatro) anos a 8 (oito) anos, e multa. (Incluído pela Lei nº 14.133, de 2021)

b) ERRADA: Item errado, pois o crime de patrocínio de contratação indevida é próprio, exigindo do agente a condição de funcionário público, na forma do art. 337-G do CP.

c) ERRADA: Item errado, pois a pena é a mesma para ambos, nos termos do art. 337-M, §§ 1º e 2º, do CP:

Art. 337-M. (...)

§ 1º Celebrar contrato com empresa ou profissional declarado inidôneo: (Incluído pela Lei nº 14.133, de 2021)



Pena - reclusão, de 3 (três) anos a 6 (seis) anos, e multa. (Incluído pela Lei nº 14.133, de 2021)

§ 2º Incide na mesma pena do caput deste artigo aquele que, declarado inidôneo, venha a participar de licitação e, na mesma pena do § 1º deste artigo, aquele que, declarado inidôneo, venha a contratar com a Administração Pública. (Incluído pela Lei nº 14.133, de 2021)

d) ERRADA: Item errado, pois o crime de omissão grave de dado ou de informação por projetista pode ser praticado na forma omissiva ("omitir") ou na forma comissiva ("modificar" ou "entregar"):

Art. 337-O. Omitir, modificar ou entregar à Administração Pública levantamento cadastral ou condição de contorno em relevante dissonância com a realidade, em frustração ao caráter competitivo da licitação ou em detrimento da seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, em contratação para a elaboração de projeto básico, projeto executivo ou anteprojeto, em diálogo competitivo ou em procedimento de manifestação de interesse: (Incluído pela Lei nº 14.133, de 2021)

Pena - reclusão, de 6 (seis) meses a 3 (três) anos, e multa. (Incluído pela Lei nº 14.133, de 2021)

Ademais, não se exige efetivo prejuízo ao erário para sua consumação.

e) ERRADA: Item errado, pois o crime de frustração do caráter competitivo de licitação (fraude à licitação) é formal, dispensando o efetivo prejuízo ao erário ou a obtenção de vantagem para sua consumação, conforme súmula 645 do STJ:

Súmula 645 do STJ

O crime de fraude à licitação é formal, e sua consumação prescinde da comprovação do prejuízo ou da obtenção de vantagem.

Gabarito: A

#### 4. VUNESP - CFO/QC (EsFCEEx)/EsFCEEx/Direito/2023

Aquele que tenta afastar licitante por meio de oferecimento de vantagem de qualquer tipo

a) consoma o crime de afastamento de licitante, pois trata-se de crime de atentado.



- b) comete apenas tentativa de corrupção ativa no momento que oferece a vantagem, seja a referida vantagem devida ou indevida.
- c) consoma o crime de corrupção ativa no momento que oferece a vantagem, seja a referida vantagem devida ou indevida.
- d) não comete qualquer crime.
- e) consoma o crime de corrupção passiva no momento que aceita a vantagem oferecida, seja a referida vantagem devida ou indevida.

## COMENTÁRIOS

Aquele que tenta afastar licitante por meio de oferecimento de vantagem de qualquer tipo pratica o crime de afastamento de licitante, em sua forma consumada, pois se trata de crime de atentado, ou seja, o mero ato de tentar afastar o licitante já configura o delito:

Afastamento de licitante (Incluído pela Lei nº 14.133, de 2021)

Art. 337-K. Afastar ou tentar afastar licitante por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo: (Incluído pela Lei nº 14.133, de 2021)

Pena - reclusão, de 3 (três) anos a 5 (cinco) anos, e multa, além da pena correspondente à violência. (Incluído pela Lei nº 14.133, de 2021)

## GABARITO: Letra A

### 5. FGV - Cons Sub (TCE ES)/TCE ES/2023

João, conhecido empresário, por intermédio dos advogados Caio e Tício, sócios do escritório de advocacia XYZ, propôs Ação Declaratória de Inexistência de Débito Tributário em face do Município Alfa. Muito embora a municipalidade dispusesse de um corpo próprio de procuradores, com expertise na seara litigiosa, Mévio, servidor público estatutário, deu causa à contratação direta do escritório de advocacia de um amigo próximo, para emitir parecer favorável ao ente federativo. Mévio assim agiu para beneficiar o seu colega. Em juízo, em dezembro de 2020, verificou-se que o advogado que representou o Município Alfa não detinha notória especialização na matéria, inexistindo qualquer hipótese que justificasse a inexigibilidade de licitação. Em dezembro de 2021, os autos foram encaminhados ao Ministério Público, para apurar eventual prática de crime.

Nesse cenário, é correto afirmar que:



- a) a conduta perpetrada por Mévio é atípica, inexistindo qualquer tipo penal que criminalize os fatos narrados no ordenamento jurídico brasileiro;
- b) a conduta perpetrada por Mévio, à época dos fatos, era tipificada no bojo da Lei nº 8.666/1993. Com a superveniência da Lei nº 14.133/2021, houve a derrogação dos tipos penais previstos na legislação anterior, com mudança topográfica para o Código Penal, incidindo o princípio da continuidade normativo-típica, a justificar o prosseguimento da persecução penal;
- c) muito embora a conduta perpetrada por Mévio fosse considerada crime no âmbito da Lei nº 8.666/1993, com o advento da Lei nº 14.133/2021, procedeu-se à derrogação expressa dos tipos penais previstos na legislação anterior, ensejando a extinção de punibilidade com esboço na categoria jurídica da abolitio criminis;
- d) em caso de condenação em juízo, pela prática do crime de contratação direta ilegal, após a observância do contraditório e da ampla defesa, verificando-se que o prejuízo para a Administração Pública é de pequeno valor, incidirá causa de diminuição de pena na terceira etapa do processo dosimétrico;
- e) a conduta perpetrada por Mévio, à época dos fatos, não era tipificada no bojo da Lei nº 8.666/1993, passando a ter assento no Código Penal, com a superveniência da Lei nº 14.133/2021. Com efeito, considerando os princípios constitucionais da legalidade e da irretroatividade da novatio legis in pejus, o agente não pode responder a qualquer ação penal.

## COMENTÁRIOS

A conduta atualmente se encontra tipificada no art. 337-E do CP:

Art. 337-E. Admitir, possibilitar ou dar causa à contratação direta fora das hipóteses previstas em lei: (Incluído pela Lei nº 14.133, de 2021)

Pena - reclusão, de 4 (quatro) a 8 (oito) anos, e multa. (Incluído pela Lei nº 14.133, de 2021)

À época dos fatos, porém, a conduta se encontrava tipificada no art. 89 da Lei 8.666/93:

Art. 89. Dispensar ou inexigir licitação fora das hipóteses previstas em lei, ou deixar de observar as formalidades pertinentes à dispensa ou à inexigibilidade: (Revogado pela Lei nº 14.133, de 2021)

Pena - detenção, de 3 (três) a 5 (cinco) anos, e multa. (Revogado pela Lei nº 14.133, de 2021)



Como se vê, a lei 14.133/21 revogou o tipo penal do art. 89 da Lei 8.666/93, mas isso não provocou abolitio criminis, eis que a conduta continuou configurando crime, agora no art. 337-E do CP.

Assim, a conduta praticada por Mévio, à época dos fatos, era tipificada no bojo da Lei nº 8.666/1993. Com a superveniência da Lei nº 14.133/2021, houve a derrogação dos tipos penais previstos na legislação anterior, com mudança topográfica para o Código Penal, incidindo o princípio da continuidade normativo-típica, a justificar o prosseguimento da persecução penal, de forma que está correta a letra B.

Por fim, não há previsão de causa de diminuição de pena por se tratar de prejuízo de pequeno valor.

**GABARITO: LETRA B**

## 6. FGV - ATR (AGENERSA)/AGENERSA/2023

Acerca dos crimes em licitações e contratos administrativos, inseridos no Código Penal pela Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos), assinale a afirmativa correta.

- a) O crime de frustração do caráter competitivo de licitação consiste em patrocinar, direta ou indiretamente, interesse privado perante a Administração Pública, dando causa à instauração de licitação ou à celebração de contrato cuja invalidação vier a ser decretada pelo Poder Judiciário.
- b) O crime de perturbação de processo licitatório consiste em afastar ou tentar afastar licitante por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo.
- c) O crime de afastamento de licitante consiste em impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de processo licitatório.
- d) O crime de contratação direta ilegal consiste em admitir, possibilitar ou dar causa à contratação direta fora das hipóteses previstas em lei.
- e) O crime de fraude em licitação ou contrato consiste em admitir empresa ou profissional declarado inidôneo à licitação.

## COMENTÁRIOS

a) ERRADA: Item errado, pois o crime de frustração do caráter competitivo de licitação consiste em “frustrar ou fraudar, com o intuito de obter para si ou para outrem vantagem decorrente da adjudicação do objeto da licitação, o caráter competitivo do processo licitatório”, nos termos do art. 337-F do CP. A conduta de “patrocinar, direta ou indiretamente, interesse privado perante a Administração Pública, dando causa à instauração de licitação ou à celebração de contrato cuja invalidação vier a ser decretada pelo Poder Judiciário” configura o crime de “patrocínio de contratação indevida”, tipificado no art. 337-G do CP.



b) ERRADA: Item errado, pois a conduta de afastar ou tentar afastar licitante por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo configura o crime de Afastamento de licitante, tipificado no art. 337-K do CP. A conduta de perturbação de processo licitatório está tipificada no art. 337-I e consiste em "impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de processo licitatório".

c) ERRADA: Item errado, pois o crime de afastamento de licitante consiste em "afastar ou tentar afastar licitante por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo", nos termos do art. 337-K do CP. A conduta de "impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de processo licitatório" configura o crime de perturbação de processo licitatório, nos termos do art. 337-I do CP.

d) CORRETA: Item correto, pois o crime de contratação direta ilegal consiste em admitir, possibilitar ou dar causa à contratação direta fora das hipóteses previstas em lei. A conduta atualmente se encontra tipificada no art. 337-E do CP:

Art. 337-E. Admitir, possibilitar ou dar causa à contratação direta fora das hipóteses previstas em lei: (Incluído pela Lei nº 14.133, de 2021)

Pena - reclusão, de 4 (quatro) a 8 (oito) anos, e multa. (Incluído pela Lei nº 14.133, de 2021)

e) ERRADA: Item errado, pois o crime de fraude em licitação ou contrato consiste em "fraudar, em prejuízo da Administração Pública, licitação ou contrato dela decorrente", mediante uma das condutas descritas nos incisos do art. 337-L do CP. A conduta de "admitir empresa ou profissional declarado inidôneo à licitação" configura o tipo penal de "contratação inidônea", previsto no art. 337-M do CP.

## GABARITO: LETRA D

### 7. FGV - Cons Sub (TCE ES)/TCE ES/2023

Após a observância do contraditório e da ampla defesa, como consectários do devido processo legal, João e a sociedade empresária XYZ foram declarados inidôneos em um processo deflagrado para esta finalidade. Um mês após os fatos, o Município Alfa determinou a abertura de licitação para a celebração de contrato administrativo. Caio, servidor público estatutário, visando à obtenção de um benefício próprio, admitiu à licitação a sociedade empresária XYZ e João, dentre outras entidades e pessoas naturais. Ao final do procedimento licitatório, constatou-se que a entidade ABC ofereceu a melhor proposta, celebrando a avença com a municipalidade.

Nesse cenário, é correto afirmar que:





- a) em caso de condenação, para além da pena privativa de liberdade, o condenado estará sujeito à sanção pecuniária, que deverá observar a metodologia de cálculo prevista no Código Penal, não podendo ser inferior a 2% do valor do contrato lícitado;
- b) Caio praticou o delito de contratação inidônea, com assento expresso no Código Penal, incluído pela Lei nº 14.133/2021. João e a sociedade empresária XYZ, por sua vez, estarão sujeitos, em abstrato, às mesmas sanções penais aplicáveis a Caio;
- c) considerando que a sociedade empresária XYZ e João não lograram êxito no procedimento licitatório, a conduta de Caio é atípica, porquanto não houve qualquer prejuízo para a Administração Pública em âmbito municipal;
- d) Caio praticou o delito de contratação inidônea, com assento expresso no Código Penal, incluído pela Lei nº 14.133/2021. João e a sociedade empresária XYZ, por sua vez, não praticaram qualquer crime;
- e) Caio praticou o delito de contratação inidônea qualificado, com assento expresso no Código Penal, incluído pela Lei nº 14.133/2021.

## COMENTÁRIOS

Nesse caso, Caio (funcionário público) praticou o crime de contratação inidônea, pois admitiu à licitação empresa ou profissional declarado inidôneo, nos termos do art. 337-M do CP:

Art. 337-M. Admitir à licitação empresa ou profissional declarado inidôneo:  
(Incluído pela Lei nº 14.133, de 2021)

Pena - reclusão, de 1 (um) ano a 3 (três) anos, e multa. (Incluído pela Lei nº 14.133, de 2021)

Não há a forma qualificada do delito pois o contrato não chegou a ser celebrado, já que outro licitante saiu vencedor.

João, por sua vez, estará sujeito à mesma pena de Caio, por ter incorrido na forma equiparada do delito (art. 337-M, §2º do CP):

Art. 337-M (...) § 2º Incide na mesma pena do caput deste artigo aquele que, declarado inidôneo, venha a participar de licitação e, na mesma pena do § 1º deste artigo, aquele que, declarado inidôneo, venha a contratar com a Administração Pública. (Incluído pela Lei nº 14.133, de 2021)





Todavia, a sociedade empresária XYZ não estará sujeita a sanção penal, eis que as pessoas jurídicas não podem ser sujeitos ativos de crimes licitatórios (há possibilidade no caso de crimes ambientais).

Por conta disso, estão erradas as alternativas B, C, D e E.

Correta a LETRA A, pois em caso de condenação, além da pena privativa de liberdade, o condenado estará sujeito à pena de multa, que deverá observar a metodologia de cálculo prevista no Código Penal, não podendo ser inferior a 2% do valor do contrato licitado:

Art. 337-P. A pena de multa cominada aos crimes previstos neste Capítulo seguirá a metodologia de cálculo prevista neste Código e não poderá ser inferior a 2% (dois por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta. (Incluído pela Lei nº 14.133, de 2021)

**GABARITO: LETRA A**

## 8. CEBRASPE (CESPE) - Proc (AGU)/AGU/2023

Quanto aos crimes em licitações e contratos administrativos, assinale a opção correta.

- a) No crime de afastamento de licitante, é atípica a conduta de abster-se ou desistir de licitar em razão de vantagem oferecida.
- b) Será isento de pena o agente que, declarado inidôneo, venha a participar da licitação, mas não celebre o contrato.
- c) O crime de violação de sigilo em licitação é punido com detenção, sem possibilidade de suspensão condicional do processo.
- d) Em se tratando de condutas dolosas, a pena de multa não poderá ser inferior a 5% do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.
- e) Fornecer mercadoria falsificada, deteriorada ou com prazo de validade vencido, como se fosse verdadeira ou perfeita, configura o crime de contratação inidônea.

## COMENTÁRIOS

- a) ERRADA: Item errado, pois no crime de afastamento de licitante, a conduta de abster-se ou desistir de licitar em razão de vantagem oferecida configura forma equiparada, nos termos do art. 337-K, parágrafo único, do CP:

Afastamento de licitante (Incluído pela Lei nº 14.133, de 2021)



Art. 337-K. Afastar ou tentar afastar licitante por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo: (Incluído pela Lei nº 14.133, de 2021)

Pena - reclusão, de 3 (três) anos a 5 (cinco) anos, e multa, além da pena correspondente à violência. (Incluído pela Lei nº 14.133, de 2021)

Parágrafo único. Incorre na mesma pena quem se abstém ou desiste de licitar em razão de vantagem oferecida. (Incluído pela Lei nº 14.133, de 2021)

b) ERRADA: Item errado, pois o agente incidirá nas penas do art. 337-M, caput, caso venha a participar da licitação, mas não celebre o contrato, conforme previsão contida no art. 337-M, §2º do CP:

Art. 337-M. Admitir à licitação empresa ou profissional declarado inidôneo: (Incluído pela Lei nº 14.133, de 2021)

Pena - reclusão, de 1 (um) ano a 3 (três) anos, e multa. (Incluído pela Lei nº 14.133, de 2021)

(...)

**§ 2º Incide na mesma pena do caput deste artigo aquele que, declarado inidôneo, venha a participar de licitação** e, na mesma pena do § 1º deste artigo, aquele que, declarado inidôneo, venha a contratar com a Administração Pública. (Incluído pela Lei nº 14.133, de 2021)

c) CORRETA: Item correto, pois o crime de violação de sigilo em licitação, de fato, é punido com detenção, e não há possibilidade de suspensão condicional do processo, já que a pena mínima é maior que 01 ano:

Art. 337-J. Devassar o sigilo de proposta apresentada em processo licitatório ou proporcionar a terceiro o ensejo de devassá-lo: (Incluído pela Lei nº 14.133, de 2021)

Pena - detenção, de 2 (dois) anos a 3 (três) anos, e multa. (Incluído pela Lei nº 14.133, de 2021)

d) ERRADA: Item errado, pois a pena de multa cominada aos crimes em licitações e contratos administrativos não poderá ser inferior a 2% (dois por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta, nos termos do art. 337-P do CP.



e) ERRADA: Item errado, pois a conduta de fornecer mercadoria falsificada, deteriorada ou com prazo de validade vencido, como se fosse verdadeira ou perfeita, configura o crime de fraude em licitação ou contrato, nos termos do art. 337-L, II do CP:

Art. 337-L. Fraudar, em prejuízo da Administração Pública, licitação ou contrato dela decorrente, mediante: (Incluído pela Lei nº 14.133, de 2021)

(...)

II - fornecimento, como verdadeira ou perfeita, de mercadoria falsificada, deteriorada, inservível para consumo ou com prazo de validade vencido; (Incluído pela Lei nº 14.133, de 2021)

**GABARITO: LETRA C**

## 9. CEBRASPE (CESPE) - Proc (MP TCERJ)/TCE RJ/2023

Em relação aos crimes em licitações, julgue o item a seguir.

A pena de multa cominada aos crimes praticados em uma licitação não pode ser inferior a 2% do valor do contrato licitado.

### COMENTÁRIOS

Item correto, pois a pena de multa cominada aos crimes em licitações e contratos administrativos não poderá ser inferior a 2% (dois por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta, nos termos do art. 337-P do CP:

Art. 337-P. A pena de multa cominada aos crimes previstos neste Capítulo seguirá a metodologia de cálculo prevista neste Código e não poderá ser inferior a 2% (dois por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta. (Incluído pela Lei nº 14.133, de 2021)

**GABARITO: Correta**

## 10. CEBRASPE (CESPE) - PJ (MPE BA)/MPE BA/2023

Um profissional recebeu penalidade administrativa de inidoneidade para licitar e contratar no âmbito da administração pública direta e indireta de todos os entes federativos. Logo após a aplicação da sanção, o mesmo profissional participou de processo licitatório, mas foi desclassificado do certame. Nesse caso, segundo a Lei n.º 14.133/2021, o referido profissional

a) praticou ato lesivo contra o poder público, para o qual é prevista pena de suspensão por prazo máximo de 3 anos para licitar e contratar no âmbito da administração pública direta e indireta.



- b) praticou mera irregularidade administrativa, estando sujeito à pena de advertência.
- c) praticou crime para o qual é prevista pena de reclusão de 1 ano a 3 anos, e multa.
- d) não praticou crime visto que, dada a ausência de efetiva contratação, o delito não se consumou.
- e) praticou crime para o qual é prevista pena de reclusão de 3 anos a 6 anos, e multa.

## COMENTÁRIOS

Nesse caso, o agente incidirá nas penas do art. 337-M, caput, pois, mesmo declarado inidôneo, veio a participar de licitação, mas não houve celebração de contrato. Essa é a previsão contida no art. 337-M, §2º do CP:

Art. 337-M. Admitir à licitação empresa ou profissional declarado inidôneo:  
(Incluído pela Lei nº 14.133, de 2021)

Pena - reclusão, de 1 (um) ano a 3 (três) anos, e multa. (Incluído pela Lei nº 14.133, de 2021)

(...)

§ 2º Incide na mesma pena do caput deste artigo aquele que, declarado inidôneo, venha a participar de licitação e, na mesma pena do § 1º deste artigo, aquele que, declarado inidôneo, venha a contratar com a Administração Pública. (Incluído pela Lei nº 14.133, de 2021)

Logo, o agente praticou crime para o qual é prevista pena de reclusão de 1 ano a 3 anos, e multa.

**GABARITO: LETRA C**



## QUESTIONÁRIO DE REVISÃO E APERFEIÇOAMENTO

*A ideia do questionário é elevar o nível da sua compreensão no assunto e, ao mesmo tempo, proporcionar uma outra forma de revisão de pontos importantes do conteúdo, a partir de perguntas que exigem respostas subjetivas.*

*São questões um pouco mais desafiadoras, porque a redação de seu enunciado não ajuda na sua resolução, como ocorre nas clássicas questões objetivas.*

*O objetivo é que você realize uma auto explicação mental de alguns pontos do conteúdo, para consolidar melhor o que aprendeu ;)*

*Além disso, as questões objetivas, em regra, abordam pontos isolados de um dado assunto. Assim, ao resolver várias questões objetivas, o candidato acaba memorizando pontos isolados do conteúdo, mas muitas vezes acaba não entendendo como esses pontos se conectam.*

*Assim, no questionário, buscaremos trazer também situações que ajudem você a conectar melhor os diversos pontos do conteúdo, na medida do possível.*

*É importante frisar que não estamos adentrando em um nível de profundidade maior que o exigido na sua prova, mas apenas permitindo que você compreenda melhor o assunto de modo a facilitar a resolução de questões objetivas típicas de concursos, ok?*

*Nosso compromisso é proporcionar a você uma revisão de alto nível!*

*Vamos ao nosso questionário:*

### Perguntas

- 1. Explique o que caracteriza o crime de contratação direta ilegal, conforme previsto no art. 337-E do Código Penal.**
- 2. Diferencie os crimes de frustração do caráter competitivo da licitação (art. 337-F) e perturbação do processo licitatório (art. 337-I) no Código Penal.**
- 3. No crime de patrocínio de contratação indevida (art. 337-G), quais os elementos subjetivos e objetivos exigidos para sua configuração?**
- 4. Como é configurado o crime de modificação ou pagamento irregular em contrato administrativo previsto no art. 337-H do Código Penal?**
- 5. Explique como ocorre a violação de sigilo em licitação, prevista no art. 337-J do Código Penal.**
- 6. Quais condutas são tipificadas como afastamento de licitante, segundo o art. 337-K do Código Penal?**



7. No crime de fraude em licitação ou contrato (art. 337-L), quais são as condutas específicas que configuram o tipo penal?
8. Qual é a diferença entre a contratação inidônea (art. 337-M) e o crime de contratação direta ilegal (art. 337-E)?
9. Como o Código Penal trata do impedimento indevido de registro cadastral de licitantes (art. 337-N)?
10. Explique o conceito de condição de contorno no crime de omissão grave de dados ou informações por projetista (art. 337-O, §1º).
11. No crime de omissão grave de dados, como se aplica a majorante prevista no §2º do art. 337-O?
12. Como o princípio da legalidade é aplicado no combate aos crimes em licitações?
13. Como a Lei nº 14.133/2021 fortalece a proteção contra fraudes em licitações?
14. Quais os impactos da responsabilização penal de agentes públicos nos crimes de licitação sobre a Administração Pública?
15. Explique como o art. 337-P do Código Penal regula a aplicação da pena de multa nos crimes em licitações e contratos.

## Perguntas com respostas

**1. Explique o que caracteriza o crime de contratação direta ilegal, conforme previsto no art. 337-E do Código Penal.**

**Resposta:**

O crime de contratação direta ilegal ocorre quando o agente público admite, possibilita ou dá causa a uma contratação direta fora das hipóteses legalmente previstas. A contratação direta é uma exceção ao princípio da licitação, aplicável apenas nos casos de inexigibilidade ou dispensa, conforme estabelecido pela Lei nº 14.133/2021.

**2. Diferencie os crimes de frustração do caráter competitivo da licitação (art. 337-F) e perturbação do processo licitatório (art. 337-I) no Código Penal.**

**Resposta:**

O crime de frustração do caráter competitivo da licitação (art. 337-F) ocorre quando o agente fraudula ou intencionalmente impede a concorrência, buscando vantagem decorrente da adjudicação do objeto licitado. É um crime formal que exige o dolo específico de prejudicar a competitividade do certame. Por outro lado, o crime de perturbação do processo licitatório (art. 337-I) envolve qualquer ato que impeça, dificulte ou perturbe a realização de etapas do processo licitatório, sem exigir necessariamente a intenção de obter vantagem.



**3. No crime de patrocínio de contratação indevida (art. 337-G), quais os elementos subjetivos e objetivos exigidos para sua configuração?**

**Resposta:**

O crime de patrocínio de contratação indevida exige que o agente, direta ou indiretamente, patrocine interesse privado perante a Administração Pública, resultando na instauração de uma licitação ou na celebração de contrato que venha a ser posteriormente invalidado judicialmente. É necessário o dolo, que consiste na intenção do agente de favorecer interesse particular, mesmo que tenha ciência da ilegalidade do contrato ou licitação.

**4. Como é configurado o crime de modificação ou pagamento irregular em contrato administrativo previsto no art. 337-H do Código Penal?**

**Resposta:**

Esse crime ocorre quando o agente público admite, possibilita ou dá causa a qualquer modificação ou vantagem em favor do contratado durante a execução de contratos administrativos, sem que haja autorização legal, previsão no edital de licitação ou nos instrumentos contratuais. Também abrange o pagamento irregular de faturas com preterição da ordem cronológica de exigibilidade.

**5. Explique como ocorre a violação de sigilo em licitação, prevista no art. 337-J do Código Penal.**

**Resposta:**

A violação de sigilo em licitação ocorre quando o agente devassa o sigilo de uma proposta apresentada em processo licitatório ou proporciona a terceiro o ensejo de devassá-lo. Trata-se de um crime formal, que se consuma no momento em que o sigilo é quebrado, independentemente de prejuízo à Administração Pública ou vantagem ao agente.

**6. Quais condutas são tipificadas como afastamento de licitante, segundo o art. 337-K do Código Penal?**

**Resposta:**

O crime de afastamento de licitante ocorre quando o agente utiliza violência, grave ameaça, fraude ou oferece vantagem de qualquer tipo para afastar ou tentar afastar concorrente de um processo licitatório. O parágrafo único do artigo também tipifica como crime a conduta de quem se abstém ou desiste de licitar em razão de vantagem oferecida.

**7. No crime de fraude em licitação ou contrato (art. 337-L), quais são as condutas específicas que configuram o tipo penal?**

**Resposta:**

As condutas previstas no art. 337-L incluem: entrega de mercadoria ou prestação de serviços com qualidade ou quantidade diferentes do previsto; fornecimento de mercadoria falsificada, deteriorada, inservível ou vencida; entrega de uma mercadoria por outra; alteração da substância, qualidade ou quantidade da mercadoria ou serviço; e uso de qualquer meio fraudulento que onere injustamente a Administração Pública.

**8. Qual é a diferença entre a contratação inidônea (art. 337-M) e o crime de contratação direta ilegal (art. 337-E)?**





**Resposta:**

A contratação inidônea, prevista no art. 337-M, ocorre quando o agente admite à licitação ou celebra contrato com empresa ou profissional declarados inidôneos. Já a contratação direta ilegal, descrita no art. 337-E, refere-se à realização de contratação direta fora das hipóteses legais de inexigibilidade ou dispensa de licitação.

**9. Como o Código Penal trata do impedimento indevido de registro cadastral de licitantes (art. 337-N)?**

**Resposta:**

O crime de impedimento indevido ocorre quando o agente obsta, impede ou dificulta injustamente a inscrição de interessados nos registros cadastrais ou promove indevidamente alteração, suspensão ou cancelamento do registro de algum inscrito.

**10. Explique o conceito de condição de contorno no crime de omissão grave de dados ou informações por projetista (art. 337-O, §1º).**

**Resposta:**

Condição de contorno refere-se às informações e levantamentos necessários para a definição da solução de projeto e dos respectivos preços, como sondagens, topografia, estudos de demanda e condições ambientais. Omissões ou distorções graves dessas informações podem prejudicar o caráter competitivo da licitação ou comprometer a seleção da proposta mais vantajosa.

**11. No crime de omissão grave de dados, como se aplica a majorante prevista no §2º do art. 337-O?**

**Resposta:**

A majorante do §2º aplica-se quando o crime é praticado com o objetivo de obter benefício direto ou indireto, próprio ou de outrem. Nesse caso, a pena prevista no caput do artigo é aplicada em dobro.

**12. Como o princípio da legalidade é aplicado no combate aos crimes em licitações?**

**Resposta:**

O princípio da legalidade exige que todas as contratações públicas sejam precedidas de licitação, salvo nas hipóteses expressamente previstas em lei. A violação desse princípio, como nas situações de contratação direta ilegal, frustração do caráter competitivo ou contratação de inidôneos, configura crimes que visam proteger a moralidade administrativa e o patrimônio público.

**13. Como a Lei nº 14.133/2021 fortalece a proteção contra fraudes em licitações?**

**Resposta:**

A Lei nº 14.133/2021 estabelece tipos penais específicos para condutas que prejudicam a competitividade e a transparência dos certames licitatórios, como a violação de sigilo, a frustração do caráter competitivo e a modificação irregular de contratos, ampliando o alcance das sanções e promovendo maior responsabilização.

**14. Quais os impactos da responsabilização penal de agentes públicos nos crimes de licitação sobre a Administração Pública?**





**Resposta:**

A responsabilização penal visa coibir práticas ilícitas e garantir a integridade dos processos licitatórios, promovendo a confiança nas contratações públicas. No entanto, também pode gerar maior cautela nos atos administrativos, impactando a eficiência e a agilidade em contratações essenciais.

**15. Explique como o art. 337-P do Código Penal regula a aplicação da pena de multa nos crimes em licitações e contratos.**

**Resposta:**

O art. 337-P estabelece que a pena de multa para os crimes em licitações e contratos administrativos deve observar a metodologia geral do Código Penal, mas não pode ser inferior a 2% do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta. Esse parâmetro busca garantir proporcionalidade entre a sanção e o prejuízo causado.

...

Ficamos por aqui!

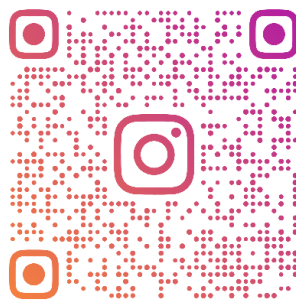
Grande abraço e bons estudos!

“Ninguém vai bater tão forte como a vida, mas a questão não é o quão forte você consegue bater. É o quão forte você consegue apanhar e continuar seguindo em frente.”

Rocky Balboa

**Prof. Eduardo Alberi**

Me siga no Instagram:  @eduardoalberi



EDUARDOALBERI

## LISTA DE QUESTÕES

**1. (FCC/Fundação Piauí Previdência - Analista Previdenciário/2024)** Alípio, funcionário público de determinado município brasileiro, agindo de forma dolosa, deu causa, sem autorização em lei, nos respectivos instrumentos contratuais, a prorrogação contratual em favor do contratado, durante a execução

5



dos contratos celebrados com a Administração Pública. Neste caso, de acordo com a tipificação dos crimes em licitações e contratos administrativos prevista no Código Penal, Alípio cometeu, em tese, o crime de

- a) Impedimento indevido, previsto no artigo 337-N, do Código Penal.
- b) Contratação inidônea, previsto no artigo 337-M, do Código Penal.
- c) Modificação ou pagamento irregular em contrato administrativo, previsto no artigo 337-H, do Código Penal.
- d) Afastamento de licitante, previsto no artigo 337-K, do Código Penal.
- e) Fraude em licitação ou contrato, previsto no artigo 337-L, do Código Penal.

**2. (FCC/TRF 3ª Região - Analista Judiciário - Área Judiciária/2024)** A empresa "X", declarada inidônea, é admitida pelos funcionários públicos José, Mônica e Rubens, à licitação promovida pelo órgão federal em que lotados. Nesse caso, nos termos preconizados pelo Código Penal, José, Mônica e Rubens cometeram, em tese, o crime de

- a) Modificação ou pagamento irregular em contrato administrativo - artigo 337-H, do Código Penal.
- b) Frustração do caráter competitivo de licitação - artigo 337-F, do Código Penal.
- c) Contratação inidônea - artigo 337-M, do Código Penal.
- d) Fraude em licitação ou contrato - artigo 337-L, do Código Penal.
- e) Afastamento de licitante - art. 337-K, do Código Penal.

**3. (IDCAP/Fundação iNova Capixaba - Analista - Licitações e Contratos/2024)** Nos termos do Art. 337-P, do Código Penal, a pena de multa dos crimes de licitação não poderá ser inferior a:

- a) 10% do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.
- b) 3% do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.
- c) 8% do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.
- d) 5% do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.
- e) 2% do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.

**4. (IDCAP/Fundação iNova Capixaba/Analista - Licitações e Contratos/2024)** Acerca dos crimes de licitação previstos no Código Penal, julgue as seguintes afirmações como verdadeiras (V) ou falsas (F):



( ) Obstar, impedir ou dificultar injustamente a inscrição de qualquer interessado nos registros cadastrais ou promover indevidamente a alteração, a suspensão ou o cancelamento de registro do inscrito é crime que possui pena de reclusão, de 06 meses a 02 anos, e multa.

( ) Celebrar contrato com empresa ou profissional declarado inidôneo, por si só, não configura crime em licitações.

( ) Devassar o sigilo de proposta apresentada em processo licitatório ou proporcionar a terceiro o ensejo de devassá-lo possui pena de detenção, e não reclusão.

a) F, V, V.

b) V, F, F.

c) V, F, V.

d) V, V, V.

e) F, F, F.

**5. (IDCAP/Fundação iNova Capixaba/Analista - Licitações e Contratos/2024)** A empresa XYZ ofereceu vantagem para a empresa YWZ, a fim de que ela deixasse de participar de uma licitação que era de seu interesse. A empresa YWZ aceitou a vantagem e efetivamente deixou de participar da licitação.

a) Apenas a empresa XYZ praticou o crime previsto no Art. 337-K, do Código Penal.

b) Nenhuma empresa praticou crime, tendo em vista o interesse particular da avença.

c) Ambas as empresas praticaram o crime previsto no Art. 337-K, do Código Penal.

d) Nenhuma empresa praticou crime, tendo em vista que o crime do Art. 337-K, do Código Penal, somente existe se o procedimento licitatório já está em fase de habilitação.

e) Apenas a empresa YWZ praticou o crime previsto no Art. 337-K, do Código Penal.

**6. (IDCAP/Fundação iNova Capixaba/Analista - Licitações e Contratos/2024)** É correto afirmar que o crime de frustrar ou fraudar, com o intuito de obter para si ou para outrem vantagem decorrente da adjudicação do objeto da licitação, o caráter competitivo do processo licitatório, possui como pena:

a) Reclusão, de 02 a 06 anos, e multa.

b) Reclusão, de 05 a 08 anos, e multa.

c) Reclusão, de 02 a 03 anos, e multa.

d) Detenção, de 04 a 08 anos, e multa.



e) Reclusão, de 04 a 08 anos, e multa.

**7. (Instituto AOC/PTF 2ª Região/Analista Judiciário - Engenharia de Segurança do Trabalho/2024)** O Código Penal estabelece o conceito de funcionário público para fins penais. Nessa perspectiva, é correto afirmar que:

a) Considera-se funcionário público, para os efeitos penais, o funcionário de empresa privada contratada ou conveniada para prestação de serviços cerimoniais.

b) Quando o servidor público for ocupante de cargo em comissão ou função de direção, a pena será aumentada em dois terços.

c) Equipara-se a funcionário público quem exerce função em entidade paraestatal.

d) Não pode ser equiparado a funcionário público aquele que trabalha em empresa prestadora de serviços públicos contratada para prestação de atividade típica da administração pública.

e) No caso do servidor público que desempenhe função de direção ou assessoramento e que incidir na prática de crime de admitir à licitação empresa ou profissional declarado inidôneo (art. 337-M do Código Penal), a pena deverá ser aumentada em um terço.

**8. (FGV/TJ SC/Analista Administrativo/2024)** O estado Alfa e a sociedade empresária XYZ celebraram contrato administrativo para o fornecimento de bens, sem prévia licitação, sob o fundamento de que ela, no caso, seria inexigível. Contudo, após a realização de investigação pelas autoridades competentes, concluiu-se que não era admissível a celebração do contrato administrativo sem o prévio procedimento licitatório. Apurou-se, ainda, que João, agente público, deu causa, de forma dolosa, à contratação da sociedade empresária XYZ, sem licitação, fora das hipóteses previstas em lei.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código Penal, é correto afirmar que João responderá pelo crime de:

a) Perturbação de processo licitatório

b) Patrocínio de contratação indevida

c) Fraude em licitação ou contrato

d) Contratação direta ilegal

e) Contratação inidônea

**9. (Instituto AOC/PC GO/Agente de Polícia da 3ª Classe/2022)** São tipos penais contra a administração pública, EXCETO:

a) Modificar ou alterar, o funcionário, sistema de informações ou programa de informática sem autorização ou solicitação de autoridade competente.



- b) Falsificar, fabricando-a ou alterando-a, moeda metálica ou papel-moeda de curso legal no país ou no estrangeiro.
- c) Devassar o sigilo de proposta de concorrência pública, ou proporcionar a terceiro o ensejo de devassá-lo.
- d) Admitir, possibilitar ou dar causa à contratação direta fora das hipóteses previstas em lei.
- e) Apropriar-se de dinheiro ou qualquer utilidade que, no exercício do cargo, recebeu por erro de outrem.

**10. (COPEVE/UFAL/TCE AL/Agente de Controle Externo - Direito/2022)** Dadas as afirmativas a respeito dos crimes contra as finanças públicas e em licitações e contratos administrativos,

I. Comete o crime de perturbação de processo licitatório aquele que afastar ou tentar afastar licitante por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo.

II. Comete o crime de ordenação de despesa não autorizada aquele que ordenar, autorizar ou executar ato que acarrete aumento de despesa total com pessoal, nos cento e oitenta dias anteriores ao final do mandato ou da legislatura.

III. Comete o crime de assunção de obrigação no último ano do mandato ou legislatura aquele que ordenar ou autorizar a assunção de obrigação, nos dois últimos quadrimestres do último ano do mandato ou legislatura, cuja despesa não possa ser paga no mesmo exercício financeiro ou, caso reste parcela a ser paga no exercício seguinte, que não tenha contrapartida suficiente de disponibilidade de caixa.

IV. Comete o crime de patrocínio de contratação indevida aquele que admitir, possibilitar ou dar causa a qualquer modificação ou vantagem, inclusive prorrogação contratual, em favor do contratado, durante a execução dos contratos celebrados com a Administração Pública, sem autorização em lei, no edital da licitação ou nos respectivos instrumentos contratuais, ou, ainda, pagar fatura com preterição da ordem cronológica de sua exigibilidade.

Verifica-se que está(ão) correta(s):

- a) III, apenas.
- b) I e III, apenas.
- c) II e IV, apenas.
- d) I, II e IV, apenas.
- e) I, II, III e IV.



## GABARITO



1. Letra C	2. Letra C	3. Letra E	4. Letra C
5. Letra C	6. Letra E	7. Letra C	8. Letra D
9. Letra B	10. Letra A		

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

**BITENCOURT, Cezar Roberto.** Tratado de direito penal: parte geral. 22. ed. São Paulo: Saraiva, 2016. v. 1.

**CAPEZ, Fernando.** Curso de direito penal: parte geral. 24. ed. São Paulo: Saraiva, 2022. v. 1.

**PRADO, Luiz Regis.** Curso de direito penal brasileiro: parte geral. 16. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2022. v. 1.



## LISTA DE QUESTÕES

1. (2022 – Instituto AOCP – Polícia Civil do Estado de Goiás – Agente de Polícia da 3ª Classe)  
São tipos penais contra a administração pública, EXCETO:

- a) modificar ou alterar, o funcionário, sistema de informações ou programa de informática sem autorização ou solicitação de autoridade competente.
- b) falsificar, fabricando-a ou alterando-a, moeda metálica ou papel-moeda de curso legal no país ou no estrangeiro.
- c) devassar o sigilo de proposta de concorrência pública, ou proporcionar a terceiro o ensejo de devassá-lo.
- d) admitir, possibilitar ou dar causa à contratação direta fora das hipóteses previstas em lei.
- e) apropriar-se de dinheiro ou qualquer utilidade que, no exercício do cargo, recebeu por erro de outrem.

2. (2024 – Instituto AOCP – TRF 2ª Região – Analista Judiciário – Engenharia Segurança do Trabalho)

O Código Penal estabelece o conceito de funcionário público para fins penais. Nessa perspectiva, é correto afirmar que:

- a) considera-se funcionário público, para os efeitos penais, o funcionário de empresa privada contratada ou conveniada para prestação de serviços cerimoniais.
- b) quando o servidor público for ocupante de cargo em comissão ou função de direção, a pena será aumentada em dois terços.
- c) equipara-se a funcionário público quem exerce função em entidade paraestatal.
- d) não pode ser equiparado a funcionário público aquele que trabalha em empresa prestadora de serviços públicos contratada para prestação de atividade típica da administração pública.
- e) no caso do servidor público que desempenhe função de direção ou assessoramento e que incidir na prática de crime de admitir à licitação empresa ou profissional declarado inidôneo (art. 337-m do código penal), a pena deverá ser aumentada em um terço.



## GABARITO

GABARITO



1. Letra B

2. Letra C





## LISTA DE QUESTÕES ESTRATÉGICAS



### 1. FGV - Adv (Pref Caraguatatuba)/Pref Caraguatatuba/2024

A Lei nº 14.133/2021 revogou os tipos penais previstos na Lei de Licitações, criando o Capítulo II-B, no Código Penal, que versa sobre os crimes em licitações e contratos administrativos. Acerca dos novos tipos penais, assinale a afirmativa correta.

- a) Admitir ou dar causa à contratação direta, fora das hipóteses previstas em lei ou com inobservância das formalidades legais, constitui crime de contratação direta ilegal.
- b) O crime de afastamento de licitante se consuma pela simples tentativa de afastar licitante ou concorrente por meio de violência ou grave ameaça, em procedimento licitatório ou leilão judicial.
- c) Admitir qualquer modificação ou vantagem em favor do contratado sem autorização em lei, no edital ou nos respectivos contratos, durante a execução dos contratos com a Administração Pública, constitui crime de contratação inidônea.
- d) Aquele que dificultar, injustamente, a inscrição de qualquer interessado nos registros cadastrais pratica crime de afastamento de licitante.
- e) O pagamento de fatura com preterição da ordem cronológica de sua exigibilidade constitui crime de pagamento irregular em contrato administrativo.

### 2. FGV - Ana (TJ SC)/TJ SC/Administrativo/2024

O estado Alfa e a sociedade empresária XYZ celebraram contrato administrativo para o fornecimento de bens, sem prévia licitação, sob o fundamento de que ela, no caso, seria inexigível. Contudo, após a realização de investigação pelas autoridades competentes, concluiu-se que não era admissível a celebração do contrato administrativo sem o prévio procedimento licitatório.



Apurou-se, ainda, que João, agente público, deu causa, de forma dolosa, à contratação da sociedade empresária XYZ, sem licitação, fora das hipóteses previstas em lei.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código Penal, é correto afirmar que João responderá pelo crime de:

- a) perturbação de processo licitatório;
- b) patrocínio de contratação indevida;
- c) fraude em licitação ou contrato;
- d) contratação direta ilegal;
- e) contratação inidônea.

### 3. VUNESP - Prom Jus (MPE RJ)/MPE RJ/2024

Considerando os crimes em licitação e contratos administrativos, é correto afirmar:

- a) o crime de fraude à licitação ou contrato tem por objeto material tanto licitações e contratos para aquisição de bens e mercadorias, quanto para a contratação de serviços.
- b) o crime de patrocínio de contratação indevida é comum, não sendo próprio de funcionário público.
- c) o crime de contratação inidônea pune de forma diferenciada o agente público que contrata empresa ou profissional inidôneo e aquele que, declarado inidôneo, venha a contratar com a Administração Pública.
- d) o crime de omissão grave de dado ou de informação por projetista é omissivo puro, caracterizando-se pelo não fazer, sendo, ainda, material, exigindo, para a configuração, o prejuízo ao erário.
- e) o crime de frustração do caráter competitivo de licitação é material, exigindo, para se configurar, o prejuízo ao erário.

### 4. VUNESP - CFO/QC (EsFCEEx)/EsFCEEx/Direito/2023

Aquele que tenta afastar licitante por meio de oferecimento de vantagem de qualquer tipo

—



- a) consuma o crime de afastamento de licitante, pois trata-se de crime de atentado.
- b) comete apenas tentativa de corrupção ativa no momento que oferece a vantagem, seja a referida vantagem devida ou indevida.
- c) consuma o crime de corrupção ativa no momento que oferece a vantagem, seja a referida vantagem devida ou indevida.
- d) não comete qualquer crime.
- e) consuma o crime de corrupção passiva no momento que aceita a vantagem oferecida, seja a referida vantagem devida ou indevida.

## 5. FGV - Cons Sub (TCE ES)/TCE ES/2023

João, conhecido empresário, por intermédio dos advogados Caio e Tício, sócios do escritório de advocacia XYZ, propôs Ação Declaratória de Inexistência de Débito Tributário em face do Município Alfa. Muito embora a municipalidade dispusesse de um corpo próprio de procuradores, com expertise na seara litigiosa, Mévio, servidor público estatutário, deu causa à contratação direta do escritório de advocacia de um amigo próximo, para emitir parecer favorável ao ente federativo. Mévio assim agiu para beneficiar o seu colega. Em juízo, em dezembro de 2020, verificou-se que o advogado que representou o Município Alfa não detinha notória especialização na matéria, inexistindo qualquer hipótese que justificasse a inexigibilidade de licitação. Em dezembro de 2021, os autos foram encaminhados ao Ministério Público, para apurar eventual prática de crime.

Nesse cenário, é correto afirmar que:

- a) a conduta perpetrada por Mévio é atípica, inexistindo qualquer tipo penal que criminalize os fatos narrados no ordenamento jurídico brasileiro;
- b) a conduta perpetrada por Mévio, à época dos fatos, era tipificada no bojo da Lei nº 8.666/1993. Com a superveniência da Lei nº 14.133/2021, houve a derrogação dos tipos penais previstos na legislação anterior, com mudança topográfica para o Código Penal, incidindo o princípio da continuidade normativo-típica, a justificar o prosseguimento da persecução penal;
- c) muito embora a conduta perpetrada por Mévio fosse considerada crime no âmbito da Lei nº 8.666/1993, com o advento da Lei nº 14.133/2021, procedeu-se à derrogação expressa dos tipos penais previstos na legislação anterior, ensejando a extinção de punibilidade com esboço na categoria jurídica da abolitio criminis;



d) em caso de condenação em juízo, pela prática do crime de contratação direta ilegal, após a observância do contraditório e da ampla defesa, verificando-se que o prejuízo para a Administração Pública é de pequeno valor, incidirá causa de diminuição de pena na terceira etapa do processo dosimétrico;

e) a conduta perpetrada por Mévio, à época dos fatos, não era tipificada no bojo da Lei nº 8.666/1993, passando a ter assento no Código Penal, com a superveniência da Lei nº 14.133/2021. Com efeito, considerando os princípios constitucionais da legalidade e da irretroatividade da novatio legis in pejus, o agente não pode responder a qualquer ação penal.

## 6. FGV - ATR (AGENERSA)/AGENERSA/2023

Acerca dos crimes em licitações e contratos administrativos, inseridos no Código Penal pela Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos), assinale a afirmativa correta.

a) O crime de frustração do caráter competitivo de licitação consiste em patrocinar, direta ou indiretamente, interesse privado perante a Administração Pública, dando causa à instauração de licitação ou à celebração de contrato cuja invalidação vier a ser decretada pelo Poder Judiciário.

b) O crime de perturbação de processo licitatório consiste em afastar ou tentar afastar licitante por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo.

c) O crime de afastamento de licitante consiste em impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de processo licitatório.

d) O crime de contratação direta ilegal consiste em admitir, possibilitar ou dar causa à contratação direta fora das hipóteses previstas em lei.

e) O crime de fraude em licitação ou contrato consiste em admitir empresa ou profissional declarado inidôneo à licitação.

## 7. FGV - Cons Sub (TCE ES)/TCE ES/2023

Após a observância do contraditório e da ampla defesa, como consectários do devido processo legal, João e a sociedade empresária XYZ foram declarados inidôneos em um processo deflagrado para esta finalidade. Um mês após os fatos, o Município Alfa determinou a abertura de licitação para a celebração de contrato administrativo. Caio, servidor público estatutário, visando à obtenção de um benefício próprio, admitiu à licitação a sociedade empresária XYZ e João, dentre outras entidades e pessoas naturais. Ao final do procedimento licitatório, constatou-se que a entidade ABC ofereceu a melhor proposta, celebrando a avença com a municipalidade.

Nesse cenário, é correto afirmar que:



- a) em caso de condenação, para além da pena privativa de liberdade, o condenado estará sujeito à sanção pecuniária, que deverá observar a metodologia de cálculo prevista no Código Penal, não podendo ser inferior a 2% do valor do contrato licitado;
- b) Caio praticou o delito de contratação inidônea, com assento expresso no Código Penal, incluído pela Lei nº 14.133/2021. João e a sociedade empresária XYZ, por sua vez, estarão sujeitos, em abstrato, às mesmas sanções penais aplicáveis a Caio;
- c) considerando que a sociedade empresária XYZ e João não lograram êxito no procedimento licitatório, a conduta de Caio é atípica, porquanto não houve qualquer prejuízo para a Administração Pública em âmbito municipal;
- d) Caio praticou o delito de contratação inidônea, com assento expresso no Código Penal, incluído pela Lei nº 14.133/2021. João e a sociedade empresária XYZ, por sua vez, não praticaram qualquer crime;
- e) Caio praticou o delito de contratação inidônea qualificado, com assento expresso no Código Penal, incluído pela Lei nº 14.133/2021.

## 8. CEBRASPE (CESPE) - Proc (AGU)/AGU/2023

Quanto aos crimes em licitações e contratos administrativos, assinale a opção correta.

- a) No crime de afastamento de licitante, é atípica a conduta de abster-se ou desistir de licitar em razão de vantagem oferecida.
- b) Será isento de pena o agente que, declarado inidôneo, venha a participar da licitação, mas não celebre o contrato.
- c) O crime de violação de sigilo em licitação é punido com detenção, sem possibilidade de suspensão condicional do processo.
- d) Em se tratando de condutas dolosas, a pena de multa não poderá ser inferior a 5% do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.
- e) Fornecer mercadoria falsificada, deteriorada ou com prazo de validade vencido, como se fosse verdadeira ou perfeita, configura o crime de contratação inidônea.

## 9. CEBRASPE (CESPE) - Proc (MP TCERJ)/TCE RJ/2023

Em relação aos crimes em licitações, julgue o item a seguir.

✓



A pena de multa cominada aos crimes praticados em uma licitação não pode ser inferior a 2% do valor do contrato licitado.

#### 10. CEBRASPE (CESPE) - PJ (MPE BA)/MPE BA/2023

Um profissional recebeu penalidade administrativa de inidoneidade para licitar e contratar no âmbito da administração pública direta e indireta de todos os entes federativos. Logo após a aplicação da sanção, o mesmo profissional participou de processo licitatório, mas foi desclassificado do certame. Nesse caso, segundo a Lei n.º 14.133/2021, o referido profissional

- a) praticou ato lesivo contra o poder público, para o qual é prevista pena de suspensão por prazo máximo de 3 anos para licitar e contratar no âmbito da administração pública direta e indireta.
- b) praticou mera irregularidade administrativa, estando sujeito à pena de advertência.
- c) praticou crime para o qual é prevista pena de reclusão de 1 ano a 3 anos, e multa.
- d) não praticou crime visto que, dada a ausência de efetiva contratação, o delito não se consumou.
- e) praticou crime para o qual é prevista pena de reclusão de 3 anos a 6 anos, e multa.

## GABARITO

GABARITO



- 1. LETRA E
- 2. LETRA D
- 3. LETRA A
- 4. LETRA A
- 5. LETRA B
- 6. LETRA D
- 7. LETRA A
- 8. LETRA C
- 9. CORRETA
- 10. LETRA C



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

**BITENCOURT, Cezar Roberto.** Tratado de direito penal: parte geral. 22. ed. São Paulo: Saraiva, 2016. v. 1.

**CAPEZ, Fernando.** Curso de direito penal: parte geral. 24. ed. São Paulo: Saraiva, 2022. v. 1.

**MASSON, Cleber.** Direito penal esquematizado - Parte geral - vol. 1/ Cleber Masson - 13. ed. – Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2019.

**PRADO, Luiz Regis.** Curso de direito penal brasileiro: parte geral. 16. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2022. v. 1.





# ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



1 Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



2 Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



3 Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



4 Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



5 Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



6 Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



7 Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



8 O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.